



# **Determinantes do número de segmentos operacionais pós-adoção da IFRS 8: Evidência em Bancos da União Europeia**

**Ana Isabel Lopes\***

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),  
Business Research Unit (BRU-IUL), Lisboa, Portugal  
Endereço: ISCTE-IUL, Avenida das Forças Armadas,  
Edif. II, Gab. D517, 1649-026 LISBOA Portugal.  
Telefone: +351 937200064  
ana.isabel.lopes@iscte-iul.pt

**Anastasia Trofimova**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal  
Email: atrofimova0488@gmail.com

\*Autor para envio de correspondência





## Determinantes do número de segmentos operacionais pós-adoção da IFRS 8: Evidência com Bancos da União Europeia

### Resumo

Os objetivos deste estudo são identificar as principais características económico-financeiras determinantes do número de segmentos relatados por Bancos da União Europeia e analisar o consequente efeito da adoção da IFRS 8 - Segmentos Operacionais. Esta norma permite entender melhor o desempenho de uma entidade, facilitando julgamentos e avaliação de riscos e oportunidades. Contudo, a investigação sobre impactos da adoção da IFRS 8 não tem abrangido o setor bancário, pese embora a sua adoção num período em que, devido à crise do *subprime*, se passou a exigir mais transparência a este sector. Com uma amostra de 146 Bancos da UE com ações admitidas à cotação em Bolsa e uma janela temporal de 13 anos com início em 2005, o presente estudo revela-se oportuno. Os resultados demonstram que o número de segmentos operacionais será tanto maior quanto maior for a diversidade de bolsas de valores onde o capital está admitido, a dimensão do Banco e o seu nível de crescimento, e quanto menor for a sua alavancagem e a dispersão do capital dos acionistas, não sendo a rentabilidade ou o tipo de auditor um factor determinante. Separando-os por linha de negócios e por área geográfica, evidenciam-se algumas diferenças (e.g., dispersão de capital, dimensão do banco, alavancagem). Por outro lado, os resultados comprovam que o número de segmentos aumentou depois da adoção da IFRS 8, e que a associação de alguns determinantes com o número de segmentos também se altera, sendo essa alteração mais significativa quando estes são apresentados por geografias.

**Palavra-chave:** IFRS 8; Segmentos operacionais; Sector bancário; Instituições financeiras; Bancos da União Europeia; Relato por segmentos; Determinantes.

**Abstract**

The objectives of this study are to identify the main economic and financial characteristics determining the number of segments reported by European Union Banks and analyze the consequent effect of the adoption of IFRS 8 - Operating Segments. This standard allows a better understanding of an entity's performance, facilitating judgments and evaluation of risks and opportunities. However, the research of the impacts of IFRS 8 adoption has not covered the banking sector, despite its adoption in a period when, due to the subprime crisis, more transparency was demanded from this sector. With a sample of 146 EU listed banks and a time window of 13 years starting in 2005, this study is timely. The results show that the number of operating segments will be greater the more diversity of stock exchanges, the size of the Bank and its level of growth, and the lower its leverage and the dispersion of shareholders' capital, with profitability or type of auditor not being a determining factor. Separating them by business line and geographic area, some differences (e.g., capital dispersion, bank size, leverage) are evident. On the other hand, the results show that the number of segments increased after the adoption of IFRS 8, and that the association of some determinants with the number of segments also changes, with this change being more significant when they are presented by geographies.

**Keywords:** IFRS 8; Operating Segments; Banking Sector; Financial Institutions; European Union Banks; Segment Reporting; Determinants.

## Introdução

Os investidores e os analistas financeiros têm procurado em crescendo informações relevantes para tomar decisões de investimento e precisam entender como uma empresa se comporta economicamente. Nesta análise, já há alguns anos que se reconhece que a informação desagregada é extremamente útil e importante para os utilizadores das demonstrações financeiras (Berger e Hann, 2003), sendo as informações sobre segmentos operacionais essenciais para os investidores (Alfaraih e Alanezi, 2011; Palepu, 1999). Neste sentido, todas as entidades cujos instrumentos de dívida ou de capital sejam negociados num mercado público na União Europeia, são obrigadas a divulgar informação sobre segmento com base na IFRS 8 – Segmentos Operacionais. Esta norma tornou-se obrigatória para períodos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2009, embora a aplicação antecipada fosse permitida. Exceto para diferenças menores (eIFRS, BC.60) e mudanças na terminologia, a IFRS 8 é muito semelhante à SFAS 131 – Segment Reporting, em vigor nos Estados Unidos da América. Esta aproximação dos dois normativos responde aos projetos de convergência a curto prazo e ao Memorandum of Understanding entre o International Accounting Standards Board (IASB) e Financial Accounting Standards Board (FASB).

A IFRS 8 altera substancialmente o relato por segmentos em entidades que aplicam as normas do IASB, já que revoga a anterior International Accounting Standard (IAS) 14, na qual os segmentos primários e secundários eram determinados através de “riscos e retornos” potenciais e reais, exigindo agora que as empresas identifiquem segmentos de acordo com a estrutura organizacional interna da empresa e a maneira pela qual o *entity's chief operating decision maker* (CODM) aloca recursos e avalia o desempenho, numa lógica de management approach. Desta forma, espera-se que sejam mais consistentes com a estrutura organizacional da empresa (Herrmann e Thomas, 2000) e que se divulgue um maior número de segmentos (Street *et al.*, 2000). O efeito de aplicação deste management approach foi examinado em estudos anteriores e os resultados mostram que depois de aplicação da IFRS 8 as empresas começaram divulgar mais segmentos operacionais e menos itens de informação por cada segmento (Aleksanyan e Danbolt, 2015; Bugeja *et al.*, 2015; Franzen e Weißenberger, 2015; Leung e Verriest, 2015; Lucchese e Di Carlo, 2016; Kang e Gray, 2013; Nichols *et al.*, 2012).

Em relação aos fatores explicativos que influenciam o nível de divulgação de informações por segmento (número de segmentos relatáveis e/ou número de itens de informação por segmento relatado), os estudos anteriores examinaram principalmente características específicas da empresa, como: dimensão, crescimen-

to, rentabilidade, alavancagem, influência dos auditores ou setor/indústria (Alfaraih e Alanezi, 2011; Herrmann e Thomas, 1996; Pardal et al., 2015; Prencipe, 2004; Chavent *et al.*, 2006; Lucchese e Di Carlo, 2016; Inchausti, 1997; Prather-Kinsey e Meek, 2004; Wallace *et al.*, 1994). Contudo, denota-se a ausência de estudos sobre os fatores explicativos do nível de divulgação por segmentos operacionais exclusivamente no setor bancário da Europa, num período em que se passou a exigir mais transparência ao setor bancário. De facto, o sistema financeiro internacional, do qual o sistema bancário faz parte, sofreu uma forte contaminação do que ficou internacionalmente conhecido como a crise financeira de 2008. O período crítico da crise, curiosamente, coincidiu com a aplicação da IFRS 8, embora não haja uma relação direta entre estes dois acontecimentos. Tendo em atenção os *gaps* na investigação anterior relativamente à ausência do setor bancário na maioria das amostras, e o facto de este sector passar a aplicar a IFRS 8 num período em que se passou a exigir mais transparência ao setor bancário, permite identificar o principal objetivo deste trabalho.

Neste contexto, os objetivos do presente estudo são: i) identificar a associação entre o número de segmentos operacionais relatado pelo setor bancário da União Europeia e as características dos Bancos que as divulgam, identificando quais os determinantes desse relato, abrangendo a rentabilidade, a alavancagem, o tipo de acionista, a diversidade de bolsas de valores, dimensão do banco, crescimento do banco e o tipo de auditor; ii) analisar o efeito da adoção da IFRS 8 na identificação dos determinantes do número de segmentos. A amostra da presente investigação compreende 146 Bancos da Europa com ações admitidas à cotação em Bolsas de Valores, numa janela temporal de 13 anos, com início em 2005.

Os principais resultados indicam que existe uma associação direta positiva entre o número de segmentos a reportar por um Banco e as suas características económico-financeiras. Bancos com maior percentagem de ações em circulação livre no mercado, com dispersão do capital, com cotação em mais de uma bolsa de valores, com maior dimensão e em maior crescimento, divulgam mais segmentos operacionais. A rentabilidade e o tipo de auditor não permitiram concluir por uma associação estatisticamente válida a níveis convencionais. Por outro lado, os Bancos com maior alavancagem divulgam menos segmentos operacionais.

Decompondo posteriormente os segmentos numa abordagem por linha de negócios ou por geografias, os resultados sugerem: i) maior número de segmentos por linha de negócio em Bancos com menor alavancagem, com maior dimensão, em maior crescimento e auditados por BIG 4; ii) maior número de segmentos geográficos em Bancos com maior dispersão do capital, com cotação em mais de uma bolsa de valores, com maior dimensão, com maior crescimento, e auditados por “non-BIG 4”.

Os resultados também demonstram que apesar da altura de adoção da IFRS 8 ter sido coincidente com o período de início da denominada crise financeira, o número de segmentos operacionais começou a aumentar durante, e continuou a aumentar depois, da aplicação da norma (quer por negócio, quer por geografias), havendo diferenças na intensidade e na direção da associação com algumas das características económico-financeiras dos Banco. Este estudo tem particular utilidade para os reguladores e investidores que se movimentam no sector bancário, já que a transparência da informação sectorial é importante para a comparabilidade e tomada de decisão, principalmente num tipo de entidades suscetível de influenciar o financiamento das economias a nível macro-económico. Os reguladores, principalmente as autoridades de supervisão bancária, porque avaliam até que ponto os Bancos cumprem as regras que lhes são impostas, nas quais as referentes ao relato financeiro se incluem. Os investidores, principalmente porque a adoção do novo normativo distingue-se do anterior porque passa a exigir dados baseados nos relatórios internos das entidades, refletindo uma visão de gestão, destacando informação considerada relevante para os decisores. Por outro lado, este estudo tem potencialidade para contribuir para o debate acerca das análises pós-implantação de novos normativos liderados pelos principais organismos que as criam. Em particular, destaca-se o IASB, uma vez que a IFRS 8 resultou de um processo de convergência com o Financial Accounting Standard Board (FASB), organismo americano, mas resultando numa norma na sua versão final com algumas diferenças.

O remanescente deste estudo está organizado da seguinte forma. A secção seguinte apresenta a revisão da literatura e o desenvolvimento de hipóteses, na qual também se apresenta um enquadramento conceptual e normativo da IFRS 8. Posteriormente, a secção 2 descreve a metodologia e o desenho da investigação. A secção 3 analisa e discute os resultados empíricos e a secção 4 apresenta as considerações finais.

## **1. Revisão de Literatura e Desenvolvimento de Hipóteses**

### **1.1. Enquadramento conceptual e normativo**

O relato por segmentos permite aos utilizadores entender melhor o desempenho passado de uma empresa e facilita os julgamentos sobre a empresa como um todo, incluindo uma melhor avaliação de riscos e oportunidades (Street e Nichols, 2002). Os criadores de normas de contabilidade e reguladores de mercado em todo o mundo têm vindo a introduzir e atualizar a forma como o relato por segmentos deve ser efetuado, para atender ao exigido pelos utilizadores quanto a informações por segmento consideradas de qualidade. A evolução sentiu-se, sobretudo, até ao ano de 2009.

O SFAS 14 “Financial Reporting for segments of a Business Enterprise” foi a primeira norma contábilística relativa a segmentos, que foi publicada pelo FASB em 1976, nos Estados Unidos, após o crescimento de conglomerados industriais. De acordo com a SFAS 14, as empresas estavam obrigadas a divulgar os segmentos operacionais por linha de negócios e por área geográfica sem qualquer relação com estrutura interna da empresa. Isto levou as empresas a preparar dois tipos de relatórios por segmentos: relatório interno para uso pela gestão da empresa e relatório externo de acordo com SFAS 14 (Herrmann e Thomas, 2000). Em 1981, o International Accounting Standards Committee (entretanto, substituído pelo IASB e identificado como tal deste ponto em diante) emitiu a primeira norma internacional dedicada a relatório sobre segmentos, sob nome IAS 14 “Reporting Financial Information by Segment”, que se tornou efetiva para exercícios fiscais que iniciaram em 1º de janeiro de 1983. O IAS 14 seguiu bastante de perto os requisitos da SFAS 14 (Prather-Kinsey e Meek, 2004). As duas normas e a qualidade de divulgação no relatório por segmentos daí resultantes foram criticados por vários grupos (Street *et al.*, 2000; Prather-Kinsey e Meek, 2004; Botosan e Stanford, 2005; McConnell e Pacter, 1995). As críticas, em particular sobre o IAS 14, relacionaram-se com a falta de orientação de como definir o segmento operacional, com a linguagem utilizada para a sua definição, com a latitude permitida para interpretação e com a falta de abrangência e clareza (Prather-Kinsey e Meek, 2004). Em resposta às críticas, os responsáveis pela definição das normas passaram a obrigar as empresas a divulgar os segmentos operacionais de acordo com a estrutura interna usada para avaliação do desempenho. Nos Estados Unidos, o FASB substituiu o SFAS 14 pelo SFAS 131 - “Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information”, que requer que os segmentos relatados sejam definidos com a estrutura interna de relatório sobre negócio e tem por base informações revistas regularmente pela gerência. A razão para adotar esta denominada *management approach* era permitir que os utilizadores das demonstrações financeiras vissem uma empresa “através dos olhos da gerência” (Martin, 1997). O *management approach* significa que os segmentos devem ser relatáveis na forma como a administração organiza a empresa internamente para fins de tomada de decisões operacionais e avaliação de desempenho.

Ao mesmo tempo, o IASB começou a rever a norma de relatório por segmentos IAS 14, mas discordou da aplicação rigorosa do *management approach* adotada pelo FASB (Pacter, 1995). Embora, em princípio, a *management approach* tivesse que ser aplicada de acordo com a IAS 14 Revista em 1997 (posterior IAS 14R) também para identificar os segmentos relatáveis, foi limitado por uma *risks-and-rewards safety net* para assegurar a avaliação de riscos e recompensas como objetivo primordial (McConnell e Pacter, 1995; Kwok e Sharp, 2005; Nichols e Street, 2007). De acordo com o IAS 14R, as empresas foram obrigadas a divulgar a informação sobre segmentos por linha de negócios e



por área geográfica, e distinguir os segmentos primários e secundários de informação, embora as divulgações abrangentes (mais detalhadas) fossem necessárias apenas para os segmentos primários. Para identificar esta base principal de segmentação, as empresas tinham que determinar a fonte dominante dos seus riscos e retornos tendo em consideração a sua estrutura interna de reporte.

No entanto, como parte do projeto de convergência de curto prazo com o FASB, o IASB decidiu passar para um *pure management approach* em novembro de 2006, e publicou a nova norma IFRS 8 “Operating Segments”, referindo-se à maior utilidade das informações por segmento derivadas da adoção do SFAS 131 em 1997 (eIFRS, BC.9). A IFRS 8 substitui e revoga a IAS 14R e torna-se obrigatório para as demonstrações financeiras anuais das empresas cujos instrumentos de dívida ou de capital sejam negociados num mercado público, para períodos iniciados a ou após 1 de janeiro de 2009, embora a aplicação antecipada fosse permitida. Exceto para diferenças menores (eIFRS, BC.60) e mudanças na terminologia, a IFRS 8 é muito semelhante à SFAS 131 (Epstein e Jermakowicz, 2009). Ao introduzir a IFRS 8 e a *management approach* o IASB quer aumentar o número de segmentos relatáveis e contribuir para divulgação de informação mais relevante, permitindo aos utilizadores analisar o desempenho das empresas através da visão de gestão, para suportar uma melhor consistência entre as informações do segmento representadas nas demonstrações financeiras e as informações divulgadas nos relatos internos de gestão, bem como a capacidade de promover uma redução de custos através da produção deste tipo de informação (eIFRS, BC9; Nichols *et al.*, 2013). O IASB também observou que, se os valores em IFRS pudessem ser preparados de maneira confiável e de forma atempada sob o *management approach*, essa abordagem forneceria informações mais úteis (IFRS 8, BC13).

De acordo com a IFRS 8, os segmentos primários e secundários já não são determinados através de “riscos e retornos” potenciais e reais mas, numa lógica de *management approach*, as informações por segmento passam a ser fornecidas para cada segmento operacional. Segmentos operacionais são definidos como componentes da empresa: (1) que se envolvem em atividades comerciais que auferem receitas e incorrem em despesas, (2) que são regularmente revistas pelo CODM, (3) para as quais informações financeiras separadas estão disponíveis (IFRS 8, 5). A IFRS 8 exige que as empresas identifiquem segmentos de acordo com a estrutura organizacional interna da empresa e a maneira pela qual o CODM aloca recursos e avalia o desempenho. A apresentação da informação por segmentos para todos os stakeholders deve ser idêntica àquela oferecida à gerência. A leitura da Tabela 1 permite sintetizar as principais diferenças entre a norma atual (IFRS 8) e a revogada (IAS 14R).

Tabela 1 – Principais diferenças entre a IFRS 8 e a IAS 14R

	IFRS8	IAS14
Identificação do segmento	Identificação dos segmentos operacionais tem a sua base no relatório interno da informação financeira para CODM.	Os segmentos primários e secundários são identificados com base na fonte dominante e natureza de um risco e retorno da empresa, que são os produtos/ serviços ou áreas geográficas.
	Os segmentos operacionais podem incluir aqueles que vendem exclusivamente aos clientes internos	Os segmentos operacionais são aqueles que geram a maioria dos rendimentos dos clientes externos.
Mensuração da informação do segmento	Os segmentos operacionais são mensurados como são reportados à gerência.	Informação dos segmentos tem que ser divulgada de acordo com políticas contabilísticas do grupo.
	A norma exige a explicação como os itens relatáveis foram mensurados.	A norma determina como divulgar os itens relatáveis como o rendimento e as despesas do segmento, os ativos e passivos do segmento.
Divulgação	Devem ser divulgados os fatores que foram usados para identificar os segmentos operacionais e as explicações sobre tipo do produto/serviço dos quais o segmento operacional de que derivou o rendimento.	Não tem requisito similar.
	Informação do segmento operacional divulgada é revista pelo CODM.	Não tem requisito similar.
	A divulgação de certas informações por segmentos é obrigatória. Todas as empresas têm de divulgar algumas informações sobre as áreas geográficas e os detalhes sobre os principais clientes.	A divulgação de certas informações por segmentos é obrigatória. Não tem requisitos sobre divulgações entity-wide, embora algumas divulgações de segmentos de relatórios secundários sejam obrigatórias.
Limites quantitativos	Por segmento: a) O rédito relatado do segmento, incluindo as vendas a clientes externos e as vendas ou transferências intersegmentos, é igual ou superior a 10% do seu rédito combinado, interno e externo, de todos os segmentos; b) Quantia em termos absolutos dos seus lucros/prejuízos relatados é igual ou superior a 10% do maior, em termos absolutos, dos seguintes valores: i) os lucros relatados combinados de todos os segmentos operacionais que não relataram prejuízos; e ii) os prejuízos relatados combinados de todos os segmentos operacionais que relataram; c) Os seus ativos são iguais ou superiores a 10% dos ativos combinados de todos os segmentos operacionais. Por conjunto de segmentos: Se o redito externo total relatado por segmentos operacionais representar menos de 75% do redito da entidade, segmentos operacionais adicionais devem ser identificados como segmentos relatáveis (mesmo que eles não atendam aos limites quantitativos estabelecidos acima) até que pelo menos 75% o redito da entidade seja incluído nos segmentos relatáveis.	Limites semelhantes
	Um segmento pode obter a maior parte do redito das vendas para clientes externos ou internos.	Um segmento deve obter a maior parte do redito das vendas para clientes externos.

## 1.2. O impacto da mudança para *management approach* em número dos segmentos e itens divulgados e fatores explicativos do nível de divulgação

O impacto da aplicação do *management approach* em número de segmentos e itens divulgados foi alvo de investigação um pouco por todo o mundo. Os resultados da maioria dos estudos são consistentes e mostram que o número de segmentos operacionais relatáveis aumentou e que as empresas fornecem mais informação desagregada (Berger e Hann, 2003; Nichols *et al.*, 2013; Berger e Hann, 2007; Herrmann e Thomas, 2000).

Nos Estados Unidos e em consequência da adoção da SFAS 31, há estudos que demonstram que não só aumentou o número dos segmentos (e.g., Berger e Hann, 2003), como também o número de empresas que passaram a divulgar informação sobre segmentos (e.g., Hermann e Thomas, 2000). Outros estudos evidenciam que depois de aplicação da IFRS 8 as empresas começaram a divulgar mais segmentos operacionais e menos itens de informação por cada segmento (Aleksanyan e Danbolt, 2015; Bugeja *et al.*, 2015; Franzen e Weißenberger, 2015; Leung e Verriest, 2015; Lucchese e Di Carlo, 2016; Kang e Gray, 2013; Nichols *et al.*, 2012).

A decisão de aumentar ou diminuir a divulgação de informação, de acordo com a IFRS 8, parece estar relacionada com a compensação entre os custos dessas divulgações adicionais e os possíveis benefícios da avaliação resultantes da mitigação da assimetria de informações entre administradores e investidores (Hope *et al.*, 2009). Diversos estudos anteriores (pré e pós IFRS 8) indicam que há fatores explicativos que influenciam o nível de divulgação de informações por segmento (número de segmentos relatáveis e/ou número de itens de informação por segmento relatado) e que estão relacionados com características específicas da empresa. A maioria destes estudos utilizou principalmente como referenciais teóricos a teoria de agência (*agency theory*), a teoria de sinalização (*signalling theory*) e a teoria dos custos de proprietários (*proprietary costs theory*).

De acordo com a teoria de agência, a gerência é vista como o agente e os acionistas como o principal. Considera-se que os gerentes das empresas atuam com interesse próprio (Jensen e Meckling, 1976), podendo gerar conflitos por interesses pessoais entre os envolvidos na empresa (Fama e Jensen, 1983). A teoria da agência afirma que o conflito de interesses provoca custos de agência, cujos proprietários têm motivos para reduzir (Morris, 1987). Os custos de capital próprio ocorrem quando os investidores observam os gestores a não seguir o interesse dos investidores e, como resultado, o valor da empresa diminui (possivelmente refletido através do baixo preço das ações) e quando ocorrem custos excessivos de monitorização para vincular os gestores para que estes sigam os interesses dos investidores (Healy e Palepu, 2001; Morris, 1987). Alanezi *et al.*, (2015) mencionam que em virtude de os gestores terem incentivos para con-

vencer os acionistas de que estão a tomar as medidas corretas, a identificação e avaliação dos segmentos operacionais (IFRS 8), poderá ser, possivelmente, um mecanismo pelo qual se podem divulgar mais informações por segmento para moderar os custos de agência.

A teoria da sinalização é relevante para a divulgação de informações contabilísticas (Watts e Zimmerman, 1983). Considera-se que surge especialmente na assimetria de informação, quando uma parte ou um indivíduo tem mais informação que outro cerca de um evento (Spence, 1973). De acordo com Morris (1987) a sinalização propõe-se a explicar como a assimetria de informação pode ser reduzida pelas ações da parte que detém o maior número de informações, sinalizando para outras. Presume-se que aqueles com informações superiores sinalizem informações e divulgam informações adicionais para alcançar benefícios económicos (Verrecchia, 1983). Alanezi *et al.* (2015) com base na teoria de sinalização, sugerem que as empresas, através das informações sobre segmentos divulgadas de acordo com a IFRS 8, podem estar a enviar sinais favoráveis sobre sua disposição para fazer divulgações aos investidores atuais e potenciais de acordo com a melhor prática contabilística atual, aumentando assim a possibilidade de acesso aos mercados de capitais e a redução do custo de capital.

Verrecchia (1983) analisou extensivamente o custo da divulgação de informações e sugeriu que a teoria de custos de proprietários se preocupa com o impacto dos custos relacionados com a divulgação dos limites estabelecidos pelas empresas sobre a quantidade de divulgação voluntária para o mercado financeiro. Segundo Berger e Hann (2007) quando um segmento gere altos ganhos anormais em relação a seus pares do setor, os concorrentes podem seguir as suas estratégias de negócios/marketing ou entrar nos mercados de produtos específicos (dentro da indústria) em que o segmento opera. Consequentemente os gerentes estão dispostos a reter informações proprietárias valiosas com medo de perder a sua vantagem competitiva. Gisbert *et al.* (2014) sugerem que, de acordo com a nova filosofia de relatórios do IFRS, os custos dos proprietários podem ter perdido relevância devido à introdução de requisitos obrigatórios de informações por segmento.

Os estudos anteriores examinaram principalmente a relação entre os níveis de divulgação de informações por segmentos e as características específicas da empresa, tais como: dimensão, crescimento, rentabilidade, alavancagem, influência dos auditores ou setor, especificamente:

Dimensão da empresa. Alfaraih e Alanezi (2011), Herrmann e Thomas (1996), Pardal *et al.* (2015), Prencipe (2004) argumentam que as empresas maiores são mais complexas, têm mais experiência, os custos de acumulação de informação são menores por causa do sistema extenso de relatórios internos, e têm mais responsabilidade em relação aos acionistas, a fim de evitar conflitos (custos de

agência). Os resultados da investigação de Alfaraih e Alanezi (2011), Herrmann e Thomas (1996) e Alanezi *et al.* (2015) mostram que há uma relação positiva entre a dimensão da empresa e nível de divulgação por segmentos.

**Crescimento.** Prencipe (2004) indica que os potenciais custos decorrentes da divulgação de informações por segmentos tendem a ser particularmente altos para empresas em crescimento, uma vez que os concorrentes poderiam usar informações para comprometer o seu potencial de crescimento. Chavent *et al.* (2006) também sugerem que as empresas em crescimento estão mais inclinadas a esconder informação sensível, porque a divulgação completa pode comprometer as suas posições competitivas.

**Rentabilidade.** Alfaraih e Alanezi (2011) afirmam que as empresas podem responder com um nível diferente de divulgação de informações neste contexto. Por exemplo, as empresas altamente lucrativas podem divulgar menos informações se a prioridade não é estar em desvantagem competitiva (custos de proprietários). Pelo contrário, se as entidades com níveis de rentabilidade mais alto ou mais baixo dão prioridade à imagem a ser transmitida ao mercado e aos donos do capital (custos de agência), então estes podem divulgar mais ou menos informações, respetivamente. Alfaraih e Alanezi (2011) e Pardal *et al.* (2015) obtêm resultados estatisticamente significativos com uma relação positiva entre a rentabilidade e mais informação por segmentos, enquanto Lucchese e Di Carlo (2016) encontram uma relação significativamente negativa.

**Alavancagem.** Os gestores nem sempre agem no melhor interesse dos credores. De acordo com McKinney *et al.* (2010) e Entwistle *et al.* (2006), um dos caminhos para resolver esse problema é através da monitorização, e um dos sistemas de monitorizar é a divulgação financeira pela empresa. É esperado que à medida que a alavancagem financeira aumente, as empresas estejam mais motivadas a divulgar informação por segmentos para reduzir os custos da agência em relação aos credores financeiros, procurando mais financiamento e mantendo a confiança de longo prazo (Alfaraih e Alanezi, 2011; Prencipe, 2004). A existência de uma relação positiva significativa é confirmada por Inchausti (1997), Prencipe (2004), Alfaraih e Alanezi (2011), enquanto Kelly (1994) não alcançou resultados estatisticamente significativos.

**Influência dos auditores.** As empresas de auditoria maiores têm incentivos para fornecer um nível mais alto de qualidade de auditoria, enfrentando um risco maior de perda de reputação se estiverem associadas a clientes com relatórios financeiros de “má qualidade” (DeAngelo, 1981). Enquanto as empresas de auditoria de menor dimensão são mais sensíveis às exigências dos seus clientes por causa das consequências económicas da perda de um cliente (Malone *et al.*, 1993), a falta de vínculo com os clientes permite que as empresas de auditoria maiores exijam maior divulgação nos relatórios anuais dos seus clientes (Walla-

ce *et al.*, 1994). Alanezi *et al.* (2015), Alfaraih e Alanezi (2011), Prather-Kinsey e Meek (2004) obtiveram resultados estatisticamente significativos com uma relação positiva entre nível de divulgação por segmentos e tipo de auditor.

Setor/indústria. Wallace *et al.* (1994) indicam que empresas de um setor específico podem divulgar voluntariamente mais informação, além das práticas gerais de divulgação obrigatória para todas as empresas. É provável que grandes empresas pertençam a setores dominantes, embora também em setores emergentes estejam pequenas empresas que exigem uma boa imagem de divulgação para atrair financiamento. Os resultados sobre a relação entre o grau de divulgação e o tipo de setor/indústria variaram. Alfaraih e Alanezi (2011) indicam uma relação significativa positiva entre o nível de divulgação e o tipo de indústria. Os autores apontam que a associação positiva ocorre no contexto de entidades do setor financeiro, pois a maioria delas possui sistemas de informação que permitem facilmente, com custos mínimos, coletar e processar informação. Em contraste, Alanezi *et al.*, (2015) não obtiveram resultados estatisticamente significativos entre tipo de setor e nível de divulgação por segmentos.

Em resumo, os estudos anteriores indicam que as empresas que divulgaram mais informações por segmentos, são maiores, não estão em crescimento e são auditadas por empresas de auditoria maiores. Os resultados sobre características da empresa como rentabilidade, alavancagem e setor variam nos estudos anteriores, não havendo conclusões unânimes sobre o seu efeito na divulgação de informação por segmentos operacionais. A Tabela 2 resume a relação entre os níveis de divulgação de informações por segmentos e as características específicas da empresa dos estudos anteriores.

### 1.3. Objetivo da investigação e desenvolvimento das hipóteses

Muitos dos estudos sobre o impacto da IFRS 8 não incluem na amostra as empresas do setor bancário (e.g., Aleksanyan & Danbolt, 2015; Franzen e Weißenberger, 2015; Leung e Verriest, 2015, Lucchese e Di Carlo, 2016). Outros, não excluem da amostra empresas do setor bancário, mas também não as diferenciam das restantes (e.g., Mardini e Almujaed, 2016; Bugeja *et al.*, 2015; Kang e Gray, 2013; Nichols *et al.*, 2012). Acresce ainda que a maioria dos estudos anteriores sobre os fatores explicativos do nível de divulgação por segmentos operacionais também não incluem o setor bancário nas amostras (e.g., Herrmann e Thomas, 1996; Prencipe, 2004; Pardal *et al.*, 2015, Lucchese e Di Carlo, 2016; Kelly, 1994; Prather-Kinsey e Meek, 2004), exceto um envolvendo entidades com ações admitidas à cotação na Bolsa de Valores em Kuwait (Alfaraih e Alanezi, 2011; Alanezi *et al.*, 2015). O presente estudo contribui para o desafio lançado por Birt *et al.* (2007) ao apelarem a que futuras investigações identifiquem as implicações de adoção da IFRS 8 no setor bancário.

Tabela 2 – Resumo da associação previsível e estudos identificados

Característica	Associação Previsível	Estudos
Dimensão da empresa	+	Alfaraih e Alanezi (2011), Herrmann e Thomas (1996), Pardal <i>et al.</i> (2015), Prencipe (2004), Alanezi <i>et al.</i> (2015)
Crescimento Rentabilidade	- ?	Prencipe (2004), Chavent <i>et al.</i> (2006). Alfaraih e Alanezi (2011), Lucchese e Di Carlo (2016), Pardal <i>et al.</i> (2015)
Alavancagem	?	Inchausti (1997), Prencipe (2004), Alfaraih e Alanezi (2011), Kelly (1994)
Influência dos auditores	+	Alanezi <i>et al.</i> (2015), Alfaraih e Alanezi (2011), Prather-Kinsey e Meek (2004)
Sector/Indústria	?	Alfaraih e Alanezi (2011), Alanezi <i>et al.</i> , (2015)

O sistema bancário representa o principal canal de financiamento da economia da União Europeia (Sargu e Roman, 2012). Estudos empíricos têm apoiado fortemente que um sistema bancário em bom funcionamento é muito importante no desenvolvimento económico de um país. Ao longo da história, os Bancos impulsionaram o crescimento a nível nacional (King e Levine, 1993; Levine e Zervos, 1998; Beck *et al.*, 2000; Beck e Levine, 2004), a nível da indústria (Cetorelli e Gambera, 2001; Beck e Levine, 2002) e a nível da empresa (Demirgüç-Kunt e Maksimovic, 1998, 2002).

Recentemente, o sistema financeiro internacional, do qual o sistema bancário faz parte, sofreu uma forte contaminação do que ficou internacionalmente conhecido como a crise financeira (*subprime*) de 2008. Esta crise já estaria prevista por alguns bancos centrais e pelo Fundo Monetário Internacional (e.g., Goodhart, 2008) e por alguns economistas (e.g., Krugman, 2009; Shiller, 2005). O período crítico da crise, curiosamente, coincidiu com a aplicação da IFRS 8, embora não haja uma relação direta entre estes dois acontecimentos. Tendo em atenção os *gaps* na investigação anterior relativamente à ausência do setor bancário na maioria das amostras, e o facto de este sector passar a aplicar a IFRS 8 num período em que se passou a exigir mais transparência ao setor bancário, permite identificar o principal objetivo deste trabalho. Assim, o presente trabalho tem por objetivo identificar a associação entre o número de segmentos operacionais relatado pelo setor bancário da União Europeia e as características dos bancos que as divulgam, sendo estes os seus determinantes, ao mesmo tempo que analisa os efeitos da adoção da IFRS 8 neste mesmo assunto. Utiliza-se, assim, uma dupla abordagem: i) A associação entre o número de segmentos e as características do banco; ii) A alteração no número de segmentos após um período específico de adoção e de crise financeira.

Em relação à primeira abordagem, e tendo em conta a secção anterior na qual se identifica a literatura que demonstra a existência de características das empresas que influenciam o número ou o detalhe de informação sobre segmentos, a primeira hipótese debruça-se sobre o total de número de segmentos, assim como o seu relato por linha de negócio e por geografias. Com base na literatura que identifica os determinantes sobre o número de segmentos em entidades não bancárias, a aplicabilidade dessa literatura ao setor bancário na União Europeia é testada através da Hipótese 1:

Hipótese 1: Há uma associação direta entre características económico-financeiras e o número de segmentos (total, por linha de negócios ou por geografia) a reportar por um Banco.

As características económico-financeiras que vamos usar são as que a literatura anterior (ver Tabela 2) identificou como tendo influência positiva (dimensão do banco e tipo de auditor), negativa (crescimento do banco) ou mista (rentabilidade, alavancagem) no nível de divulgação por segmentos. No entanto, vamos também explorar os efeitos da inclusão de tipo de acionista e a diversidade de bolsas de valores onde o Banco está admitido à cotação, considerando os potenciais impactos das estruturas acionistas e da regulação de mercados na atividade bancária.

Quanto à segunda abordagem, a expectativa do IASB, como descrita na IFRS 8 Basis for Conclusions, movendo-se na direção do *management approach*, é que aumente o número de segmentos relatáveis. No entanto, esta expectativa do IASB é genérica, e justifica-se analisar se se confirma no sector bancário pela comparação direta do número médio de segmentos antes e após a adoção da IFRS 8. Após essa análise, será avaliado se os determinantes que se identificam com associação direta entre as características dos Bancos e o número de segmentos são diferentes após a adoção da IFRS 8. Assim, a segunda hipótese justifica-se em coerência com o segundo objetivo do presente estudo quanto à análise dos efeitos da adoção da IFRS 8, particularmente no que respeita à alteração dos determinantes do número de segmentos, tema caro para reguladores, decisores e organismos normalizadores, principalmente para análise das consequências da alteração de normativos. Em conformidade, a segunda hipótese é formulada da seguinte forma:

Hipótese 2: A associação direta entre as características dos bancos e o número de segmentos (total, por linha de negócios ou por geografia) reportados pelos bancos altera-se após a adoção da IFRS 8.

## 2. Metodologia

### 2.1. Modelo da análise

Para testar as hipóteses, é estimado um modelo de regressão linear múltipla, no qual as variáveis independentes representam características econômico-financeiras dos Bancos. A Equação base para testar a Hipótese 1 é a seguinte:

$$SO = \alpha_0 + \alpha_1 ROE + \alpha_2 LEV + \alpha_3 OWN + \alpha_4 XLIST + \alpha_5 SIZE + \alpha_6 GRW + \alpha_7 AUD\epsilon \quad (1)$$

Na qual,

SO - Variável dependente, que representa o número total de segmentos operacionais. A Equação vai ser testada substituindo SO por SLN e por SG, que representa o número de segmentos apenas por linha de negócios e apenas por geografias respectivamente.

ROE – Rentabilidade, medida pelo indicador Return On Equity. Tendencialmente há divulgação de informação mais detalhada quando a rentabilidade da empresa é elevada para sinalizar a capacidade de maximizar o valor das acionistas (Singhvi e Desai, 1971). Os administradores de empresas lucrativas podem sentir-se orgulhosos de seu sucesso e divulgar mais informações ao público para promover uma impressão positiva de seu desempenho (Alsaed, 2006). Por outro lado, as empresas com rentabilidade baixa podem divulgar menos informação para esconder as razões da diminuição de rentabilidade ou prejuízos. Espera-se que Bancos com elevada rentabilidade divulguem mais segmentos do que Bancos com baixa rentabilidade;

LEV – Alavancagem, calculada pela relação entre a dívida total e o ativo total. De acordo com Ali *et al.* (2004), empresas altamente alavancadas, através de divulgação de mais informação, podem assegurar aos credores que são menos inclinadas a contornar as suas reivindicações de compromisso. Também Wallace *et al.* (1994) afirmam que empresas de alta alavancagem têm uma obrigação maior de satisfazer as necessidades informacionais dos seus credores de longo prazo e, assim, podem fornecer informações mais detalhadas em seus relatórios anuais do que as empresas de baixa alavancagem;

OWN – Dispersão de capital, medida pela percentagem de ações que se encontram em circulação livre no mercado, detidas por pequenos acionistas que as podem transacionar a qualquer momento. Este indicador foi examinado em estudos anteriores como um fator que influencia o nível de divulgação (Mckinnon e Dalimunthe, 1993);

XLIST – Variável binária, codificada com 1 se o capital do Banco estiver cotado em mais de uma bolsa de valores; 0 em caso contrário. Pesquisas anteriores apoiam a alegação de que as empresas cotadas em várias bolsas de valores divulgam mais informações do que as empresas que cotadas apenas nas bolsas de valores domésticas (Gray *et al.*, 1994; Cooke, 1989);

SIZE – Dimensão, calculada pelo logaritmo natural do total dos ativos. A dimensão do Banco é um importante determinante do seu desempenho devido aos crescentes retornos de escala no setor bancário (Demirguc-Kunt *et al.*, 2004) e à maior visibilidade de Bancos maiores. Sendo o fornecimento de informações dispendioso, entende-se que Bancos de grande dimensão podem suportar o custo de informação mais detalhada, ao contrário dos pequenos Bancos, sendo expetável que reportem mais segmentos operacionais;

GRW – Crescimento, representada pelo *Market-to-Book* rácio. O crescimento da empresa pode ser considerado como um indicador de qualidade de investimento (Farías, 2014; Prencipe, 2004), demonstrando a existência de mercados em crescimento ou a entrada em novos mercados lucrativos. Entretanto, de acordo com a IFRS 8, o relato por segmentos pode revelar a existência de oportunidades de negócios para os concorrentes, com a potencial desvantagem da empresa divulgadora. Espera-se que os Bancos em maior crescimento divulguem menos informação (segmentos);

AUD – Variável binária, codificada com 1 se as demonstrações financeiras do Banco forem auditadas por uma empresa de auditoria BIG 4; 0 em caso contrário. Uma relação positiva entre o nível de divulgação e a qualidade da auditoria externa tem sido relatada em vários estudos (Alanezi *et al.*, 2015; Alfaraih e Alanezi, 2011; Prather-Kinsey e Meek, 2004; Palmer, 2008; DeAngelo, 1981);

Relativamente à Hipótese 2, a Equação anterior é estendida para a seguinte:

$$SO = \alpha_0 + \alpha_1 ROE + \alpha_2 LEV + \alpha_3 OWN + \alpha_4 XLIST + \alpha_5 SIZE + \alpha_6 GRW + \alpha_7 AUD + \alpha_8 DPS + \alpha_9 DPS * ROE + \alpha_{10} DPS * LEV + \alpha_{11} DPS * OWN + \alpha_{12} DPS * XLIST + \alpha_{13} DPS * SIZE + \alpha_{14} DPS * GRW + \alpha_{15} DPS * \varepsilon \quad (2)$$

Nesta equação, DPS é uma variável binária, que assume o valor 1 para representar o período após a adoção da IFRS 8 (ie, 2009-2017), e 0 nos restantes. A variáveis DPS\*ROE, DPS\*LEV, DPS\*OWN, DPS\*XLIST, DPS\*SIZE, DPS\*GRW, DPS\*AUD são interações que permitem analisar o efeito das características económico-financeiras (rentabilidade, alavancagem, tipo de acionista, cotação em bolsa de valores, dimensão, crescimento, tipo de auditor) do Banco após a adoção da IFRS 8 e após a crise financeira. Os coeficientes da regressão são estimados por  $\alpha_1$ ,  $\alpha_2$ .. $\alpha_{15}$  e  $\varepsilon$  representam o erro padrão.

## 2.2. Amostra

A amostra deste estudo compreende os Bancos da Europa com ações admitidas à cotação em Bolsas de Valores num horizonte temporal entre 2005 e 2017, que pode ser segregada em dois períodos diferentes: i) 2005-2008, que é o período antes da adoção da IFRS 8; ii) 2009-2017, é o período após a adoção da IFRS 8.

A principal fonte dos dados é a Thomson Reuters Database (Datastream), da qual extraímos dados para os quais as variáveis que necessitamos estavam disponíveis. Os dados recolhidos da amostra foram aleatoriamente verificados com a confirmação dos seus valores diretamente nas demonstrações financeiras desses Bancos que, para o efeito, foram recolhidas por download diretamente dos seus *websites*.

Os dados financeiros, nomeadamente, as características económico-financeiras dos bancos e informação sobre segmentos operacionais foram coletadas para o período completo da amostra. A Tabela 3, Painel A, detalha a construção da amostra. Só foram extraídos dados para Bancos que não estiveram envolvidos em operações de fusão, aquisição, ou suspensão de atividades, num total de 180. Destes, 87 foram eliminados por não terem informação disponível na Base de dados, e 32 por não terem atividade relatada em todos os anos da amostra. Ficamos, assim, com um painel total de 146 Bancos e 1,898 observações para uma janela temporal de 13 anos.

O Painel B da Tabela 3 mostra a separação da amostra por tipo de banco e sua dispersão geográfica, sendo que 92% do total da amostra são Bancos comerciais nacionais (National commercial banks) e abrange 24 países da Europa, sendo Dinamarca o mais representativo (13.7%), seguido de França (12.3%).

## 2.3. Mensuração das variáveis

A Tabela 4 apresenta a definição das variáveis utilizadas no presente trabalho, assim como a literatura relevante onde as referidas variáveis foram também utilizadas por outros investigadores nesta área sobre divulgação dos segmentos operacionais. Para além destas variáveis, e indo de encontro aos objetivos do presente estudo foram ainda criadas três variáveis de interação (*dummies*) que permitem separar a amostra nos três períodos distintos.

Tabela 3 – Seleção e caracterização da amostra

Painel A: Seleção da Amostra					
Seleção da amostra					#
Bancos não envolvidos em fusão, aquisição, suspensão					180
Bancos sem informação disponível					(87)
Bancos sem atividade em todos os anos da amostra					(32)
Amostra final (# Bancos)					146
Amostra final (# observações = # Bancos x 13 anos)					1.898
Painel B: Caracterização da amostra por tipo de banco e dispersão geográfica					
País	Nº Bancos	Bancos da Reserva Federal(1)	Bancos Comerciais Nacionais(2)	Instituições de Poupança(3)	Outros Bancos Depositários(4)
Alemanha	12		11		1
Áustria	7		7		
Bélgica	3		2	1	
Bulgária	3		3		
Chipre	1		1		
Croácia	6		6		
Dinamarca	20		20		
Eslováquia	4		4		
Eslovênia	1		1		
Espanha	6		6		
Finlândia	1		1		
França	18		18		
Grécia	6	1	5		
Holanda	4		3		1
Hungria	1		1		
Irlanda	2		2		
Itália	16		15	1	
Malta	4		3	1	
Polónia	10		10		
Portugal	1		1		
Reino Unido	10		6	1	3
Rep Checa	1		1		
Romênia	3		3		
Suécia	6		4		2
Total	146	1	134	4	7

(1) Federal Reserve Banks; (2) National Commercial Banks; (3) Saving Institutions; (4) Others Depository Banks

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1. Análise Descritiva

A Tabela 5, Painel A, apresenta a estatística descritiva das variáveis utilizadas. Para mitigar enviesamentos dos resultados por efeitos de escala, todas as variáveis contínuas foram winsorizadas a 1% e 99%. No painel A observa-se

que, em média, os Bancos divulgam 4 segmentos operacionais, sendo o valor mínimo 0 e o máximo 19 segmentos. Em relação aos segmentos por linha de negócios e geográficos, as médias são 3 e 2 segmentos, respetivamente, sendo o valor mínimo e máximo 0 e 10, quer nos segmentos por linha de negócio, quer por área geográfica. As médias das restantes variáveis, bem como os valores mínimos máximos e desvio padrão são também apresentados. Para analisarmos a tendência de mudança do número médio de segmentos operacionais, o Painel B apresenta as estatísticas descritivas para as mesmas variáveis, mas separadas nos dois períodos relevantes, ie, antes (2005-2008) e depois (2009-2017) da adoção da IFRS 8.

**Tabela 4 – Definição das variáveis e literatura relevante**

Variável	Definição	Literatura relevante
Dependentes:		
SO, SLN, SG	Número total de: segmentos operacionais, segmentos por linha de negócios, segmentos por geografias, respetivamente	Prencipe (2004), Chavent <i>et al.</i> (2006). Alfaraih, e Alanezi (2011), Lucchese e Di Carlo (2016), Pardal <i>et al.</i> (2015)
Independentes:		
ROE	Rentabilidade. Retorno sobre o património. Lucro Líquido/Capital Próprio	Alfaraih e Alanezi (2011); Alanezi <i>et al.</i> (2015)
LEV	Alavancagem. Dívida total/ativo total.	Prencipe, A. (2004).
OWN	Dispersão do capital, representa a percentagem de ações que se encontram em circulação livre no mercado, detidas por pequenos acionistas que as podem transacionar a qualquer momento.	Lucchese e Di Carlo, 2016.
XLIST	Cotação em bolsa de valores. Variável dummy codificada com 1 se o banco estiver cotado em mais de uma bolsa de valores; 0 em caso contrário.	Hermann and Thomas (1996); Pardal <i>et al.</i> (2015); Prather-Kinsey e Meek (2004).
SIZE	Dimensão. Logaritmo natural do total dos ativos.	Hermann e Thomas (1996); Farias e Rodríguez (2015); Alfaraih e Alanezi (2011); Prencipe (2004); Alanezi <i>et al.</i> (2015); Prather-Kinsey e Meek (2004); Amado <i>et al.</i> (2018).
GRW	Crescimento. Market-to-book rácio.	Farias e Rodríguez (2015); Alfaraih e Alanezi (2011); Alanezi <i>et al.</i> (2015); Penman (1996).
AUD	Tipo de auditor. Variável dummy codificada com 1 se uma empresa de auditoria BIG 4 (Deloitte, EY, KPMG e PwC) auditar as demonstrações financeiras do banco; 0 em caso contrário.	Farias e Rodríguez (2015); Alfaraih e Alanezi (2011); Alanezi <i>et al.</i> (2015); Prather-Kinsey e Meek (2004); Pardal <i>et al.</i> (2015); Kelly (1994).
DPS	"Depois". Variável dummy codificada com 1 se o ano de análise está incluído entre 2009-2017; 0 em caso contrário.	

Tabela 5 – Estatística descritiva

Painel A: Período completo (2005–2017)							
	Média/Proporção	Std.Dev.	Min	Max			
Dependentes:	12		11				
SO	4.929	4.194	0	19			
SLN	2.994	2.421	0	10			
SG	1.935	2.327	0	10			
Independentes:	1		1				
ROE	0.052	0.232	-1.620	0.498			
LEV	0.260	0.190	0	0.767			
OWN	0.393	0.294	0	1			
XLIST <sup>a</sup>	0.176	0.383	0	1			
SIZE	16.222	2.852	8.229	21.394			
GRW	1.321	1.292	0.001	8.540			
AUD <sup>a</sup>	0.865	0.342	0	1			

<sup>a</sup> Por serem binárias, apresentam valores mínimo e máximo de 0 e 1, respetivamente.

Painel B: Amostra subdividida para períodos antes e depois da adoção da IFRS 8							
	Min		Max		Mean		Difference
	2005–2008	2009–2017	2005–2008	2009–2017	2005–2008	2009–2017	
<i>Dependentes:</i>							
SO	0	0	16	18	4.49	5.01	0.520***
SLN	0	0	9	10	2.80	3.01	0.210***
SG	0	0	10	9	1.69	2.06	0.910***
<i>Independentes:</i>							
ROE	-1.620	-1.550	0.498	0.430	0.124	0.022	-0.103***
LEV	0	0	0.767	0.741	0.288	0.248	-0.040***
OWN	0	0	1	1	0.380	0.398	0.018
XLIST <sup>a</sup>	0	0	1	1	0.178	0.176	-0.002
SIZE	8.229	8.124	21.394	21.264	15.965	16.336	0.371***
GRW	0.001	0.001	8.540	8.420	1.974	1.058	-0.916***
AUD <sup>a</sup>	0	0	1	1	0.863	0.865	0.002

Definição das variáveis: ver Tabela 4.

Quanto às restantes variáveis independentes, os resultados do Painel B salientam que os valores máximos e mínimos mantiveram semelhante padrão nos três períodos. Contudo, em termos médios, há uma tendência para a rentabilidade (ROE), o crescimento do Banco (GRW) e a alavancagem (LEV) do Banco diminuírem. A dimensão do banco (SIZE), assim como a concentração de capital acionista (OWN) também sofrem oscilações, diminuindo a primeira e aumentando a segunda. Resultados do teste t para a diferença de médias apontam para a rejeição da hipótese nula da igualdade de médias entre o período antes e depois da adoção da IFRS 8 para as variáveis ROE, LEV, SIZE e GRW, sugerindo-se que a média dos seus valores é diferente em ambos os períodos. Por seu lado, as variáveis OWN, XLIST e AUDIT não rejeitam idêntica hipótese, o que se pode justificar pelas suas características de menos variabilidade ao longo do tempo.

Foram ainda calculadas as correlações entre as variáveis contínuas (Pearson correlation) e binárias (Spearman correlation) revelando que não há indícios de forte correlação entre a maioria das variáveis, e, quando existe, os valores não parecem comprometer os resultados finais obtidos (valores não reportados).

### 3.2. Análise da regressão e discussão dos resultados

Os resultados da regressão linear da Equação (1) para segmentos operacionais estão apresentados na Tabela 6, na qual se expõem três colunas, especificamente para quando a variável dependente é SO (número de segmentos operacionais total), ou a sua substituição em SLN (número de segmentos operacionais por linha de negócios) e SG (número de segmentos operacionais por geografia).

Considerando o horizonte temporal total da amostra, o Painel A revela que quando a variável dependente é SO (coluna 1), o factor explicativo ROE não é estatisticamente significativo (coef.=-0.541, p-value=0.286). Por sua vez, o coeficiente da variável LEV é estatisticamente significativo (coef.=-2.819, p-value=0.000), sugerindo que os Bancos com maior alavancagem divulgam menos segmentos operacionais. Hope (2003) refere que o indicador de dívida pode ser usado para monitorizar o desempenho dos administradores de acordo com os interesses dos acionistas, o que poderia levar a uma menor divulgação. Os coeficientes de OWN (coef.=1.173, p-value=0.000) e de XLIST (coef.=0.6678, p-value=0.000) são positivos e estatisticamente significativos. Desta forma, os resultados sugerem que os Bancos com maior percentagem de ações que se encontram em circulação livre no mercado, detidas por pequenos acionistas que as podem transacionar a qualquer momento, divulgam mais segmentos operacionais. Tal pode ser explicado pelo facto de os Bancos, nestas condições, usarem o relato sobre segmentos para reduzir os custos de agência com acionistas que não estão diretamente envolvidos na gestão, e é consistente com Prencipe (2004).

Adicionalmente, evidencia-se que os Bancos com cotação em mais de uma bolsa de valores divulgam mais segmentos operacionais, o que é consistente com os resultados de Gray *et al.* (1994) e de Cooke (1989), assim como de Hermann e Thomas (1996), Hope (2003), Prather-Kinsey e Meek (2004) com empresas de diferentes sectores. Hope (2003) apontou duas razões para essa relação esperada: por um lado, os mercados estrangeiros podem induzir em requisitos de divulgação extra e, por outro, as empresas podem aumentar sua divulgação para obter fundos a um custo menor. Katselas *et al.* (2011), que investigaram atitudes de lobbying aquando da publicação do exposure draft sobre a nova norma IFRS 8, documentaram que as empresas cotadas internacionalmente suportam a IFRS 8, pelo facto dessas empresas já praticarem maior divulgação de segmentos e a maioria delas estar cotada em mercados dos Estados Unidos. Também o coeficiente da variável SIZE é estatisticamente significativo (coef.=1.045, p-value=0.000) revelando que

os Bancos maiores relatam mais segmentos operacionais, e confirma o valor esperado. Isso pode ser explicado, em especial, pelo facto de que Bancos maiores serem mais complexos e diversificados nos tipos de negócios desenvolvidos. O resultado suporta a literatura anterior sobre relação de dimensão da empresa e divulgação de informação (Alfaraih e Alanezi, 2011; Herrmann e Thomas, 1996; Pardal *et al.*, 2015; Prencipe, 2004; Alanezi *et al.*, 2015). O coeficiente da variável GRW é também positivo e estatisticamente significativo (coef.=0.513, p-value=0.000), sugerindo que os Bancos com maior evidência de crescimento divulgam mais segmentos operacionais. O valor difere do obtido na maioria dos estudos que não envolvem o sector bancário. A explicação do resultado pode residir no facto dos Bancos possuírem sistemas de informação que permitem facilmente, com custos mínimos, coletar e processar informação. Já o coeficiente da variável AUD, embora positivo (coef.=0.006) não é estatisticamente significativo (p-value=0.988), não sendo possível concluir sobre a relação com a variável dependente SO. Os resultados das Equação (1) não rejeitam a Hipótese 1, ou seja, existe uma associação direta entre o número de segmentos operacionais a reportar por um banco e algumas das suas características económico-financeiras: alavancagem (LEV), dispersão do capital (OWN), cotação em diversas bolsas de valores (XLIST), dimensão (SIZE) e crescimento (GRW). As colunas 2 e 3 do Painel A demonstram que idênticas evidências se obtêm quando se analisam os segmentos reportados por negócio ou por geografias, embora apenas neste último os coeficientes estatisticamente significativos se mantenham para todas as variáveis.

O Painel B da Tabela 6, por sua vez, apresenta os resultados da Hipótese 2, com base na Equação 2, que inclui no modelo as interseções (DPS\*ROE, DPS\*LEV, DPS\*OWN, DPS\*XLIST, DPS\*SIZE, DPS\*GRW, DPS\*AUD) permitindo analisar o comportamento dos determinantes após o período de adoção da IFRS 8. A estatística descritiva já tinha evidenciado que o número de segmentos operacionais aumentou após a aplicação da IFRS 8 e os resultados são consistentes com estudos anteriores não aplicáveis especificamente ao sector bancário (Aleksanyan e Danbolt, 2015; Bugeja *et al.*, 2015; Franzen e Weißenberger, 2015; Leung e Verriest, 2015; Lucchese e Di Carlo, 2016; Kang e Gray, 2013; Nichols *et al.*, 2012; Mardini e Almujaed, 2016) e confirmam a expectativa do IASB, que uma abordagem do management approach conduz a esse aumento.

Especificamente na Coluna 1 do Painel B, onde se apresentam os resultados quando a variável dependente é SO, os resultados do modelo indicam que o coeficiente das variáveis sem ter em conta ainda o efeito das interações segue um comportamento idêntico aos resultados expostos no painel A, à exceção da variável crescimento (GRW). Esta última apenas se revela como determinante do número de segmentos operacionais após a adoção da IFRS 8, ie, o coeficiente de DPS\*GRW assume um valor positivo (coef.=0.740) e estatisti-

camente significativo ( $p$ -value=0.000) em, ou após, 2009. Mas há outras características que também se alteram após a adoção da IFRS 8. Nomeadamente, as interações demonstram que a variável relativas à dimensão ( $DPS*SIZE$ , coef.=0.221,  $p$ -value= 0.000), e de capital ( $DPS*OWN$ , coef.=2.495,  $p$ -value=0.000) apresentam coeficientes positivos e estatisticamente significativos. Mas enquanto a primeira intensifica a associação positiva com o número de segmentos operacionais, a segunda ameniza o efeito negativo. Por outro lado, e após a adoção da IFRS 8, as características associadas à alavancagem ( $DPS*LEV$ ) e cotação em diversas bolsas de valores ( $DPS*XLIST$ ) apresentam coeficientes que não são estatisticamente significativos, sugerindo-se que o efeito negativo da alavancagem (positivo da diversidade de bolsas) no número de segmentos operacionais é semelhante antes e depois da alteração do normativo. Também os coeficientes das interações das variáveis  $DPS*ROE$  (coef.= -0.018,  $p$ -value=0.960) e  $DPS*AUD$  (coef.= -0.179,  $p$ -value=0.694) não são estatisticamente significativos e, como tal, evidenciam que a associação destes dois determinantes e o número total de segmentos operacionais não se altera após a adoção da IFRS 8. Contudo, neste caso, e como os coeficientes das variáveis rentabilidade (ROE) e tipo de auditor (AUD) não são estatisticamente significativas, continua sem ser possível concluir sobre a relação destas variáveis e a variável dependente (SO) após a alteração de normativo. Estes resultados vão em grande parte ao encontro na literatura anterior com empresas de outros sectores (Alanezi *et al.*, 2015; Alfaraih e Alanezi, 2011; Prather-Kinsey e Meek, 2004; Wallace *et al.*, 1994), embora a forma como se mensura a divulgação de segmentos possa diferir entre diversos estudos. Com base nos resultados, podemos sugerir que após a adoção da IFRS 8, a associação do nível de alavancagem e a diversidade de admissão em bolsas com o número de segmentos operacionais relatados mantém-se, mas a dispersão de capital, o crescimento do Banco e a sua dimensão preservam uma associação direta, mas diferente (mais intensa, ou inversa) com número de segmentos operacionais.

As Colunas 2 e 3 da Tabela 6 representam, respetivamente, os resultados da regressão linear da Equação (2) quando a variável dependente é SLN (número de segmentos operacionais por linha de negócios) e SG (número de segmentos operacionais por geografia). Como o mesmo racional de análise da Coluna 1 se aplica agora às Colunas 2 e 3, deste ponto em diante vamos apresentar os resultados sem o detalhe da estatística (ie, sem indicação dos coeficientes e  $p$ -value), e salientando apenas as diferenças estatisticamente significativas face à análise previamente realizada.

Genericamente, os resultados empíricos na determinação dos fatores explicativos do número de segmentos operacionais relatados pelos Bancos entre 2005 e 2017 mantêm-se quando decomponemos esses segmentos por linhas de negócios (SLN) ou por segmentos geográficos (SG). Há, contudo, algumas

diferenças a salientar quando analisamos as interações para aferir da adoção da IFRS 8, que poderão ser exploradas num estudo com características diferentes deste. Especificamente, a significância estatística do coeficiente positivo da interação DPS\*XLIST revela que a diversidade de bolsas onde as ações do Banco são transacionadas apenas é um factor explicativo do número de segmentos quando estes são apresentados por geografias (SG), e não por linhas de negócios (SLN). Também o coeficiente da interação DPS\*LEV sugere que a abrandamento do efeito negativo da alavancagem apenas para o número de segmentos geográficos (SG). Confirma-se, entretanto, que a variável GROW apenas é estatisticamente significativa após a adoção da IFRS 8 tanto para o número de segmentos apresentados por linha de negócios (SLN) como por geografias (SG). Em conjunto, os resultados também permitem aferir que no período após a adoção da IFRS 8 (ie, analisando o coeficiente e o p-value de DPS) o número de segmentos por linhas de negócios e/ou por geografias é maior. Esta evidência está em linha com estudos anteriores que confirmam a expectativa do IASB de que a *management approach* leva ao aumento de número de segmentos relatáveis (não especificando a sua tipologia).

Assim, quando substituímos o total de número de segmentos relatados, decomposto em linhas de negócios e em áreas geográficas, as Hipóteses H1 e H2 continuam a ser validadas. Existem características económico-financeiras que são determinantes do número de segmentos por linha de negócios e por áreas geográficas a reportar por um banco, embora possa haver ligeiras diferenças entre ambos. Os resultados sugerem também que após adoção da IFRS 8 a associação dessas características financeiras com número de segmentos relatados pelos Bancos por linhas de negócios sofre algumas alterações.

Especificamente para os segmentos por linhas de negócio (SLN), e após a adoção da IFRS 8, a associação direta com as características económico-financeiras revela-se: i) positiva, mas mais acentuada (SIZE); ii) torna-se negativa (OWN); iii) mantem-se sem ser determinante estatisticamente significativo, como no período anterior à adoção (ROE, XLIST, AUD); iv) assume-se como determinante com efeito positivo (GROW); v) mantém o seu efeito negativo (LEV). No que concerne aos segmentos por áreas geográficas (SG), a associação direta com as características económico-financeiras revela-se: i) positiva, mas mais acentuada (SIZE); ii) negativa, mas menos acentuada (LEV, OWN); iii) mantem-se sem ser determinante estatisticamente válido, como no período anterior à crise financeira (ROE, AUD); iv) assume-se como determinante com efeito positivo (GROW); v) mantém o seu efeito positivo (XLIST).

**Tabela 6 – Resultados da Regressão Linear**

<b>Painel A: Resultados para o período completo (2005–2017)</b>						
Variáveis	(1)		(2)		(3)	
	Variável dependente = SO		Variável dependente = SLN		Variável dependente = SG	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Constant	-10.748	0.000	-6.665	0.000	-4.083	0.000
Independentes:						
ROE	-0.541	0.286	-0.373	0.219	-0.168	0.614
LEV	-2.819	0.000	-2.115	0.000	-0.704	0.142
OWN	1.173	0.000	0.114	0.522	1.287	0.000
XLIST	0.667	0.003	0.214	0.008	0.881	0.000
SIZE	1.045	0.000	0.605	0.000	0.440	0.000
GRW	0.513	0.000	0.130	0.000	0.384	0.000
AUD	0.006	0.988	0.643	0.005	-0.649	0.009
Adjusted R2	0.475		0.418		0.341	
<b>Painel B: Resultados para o período completo, com interação do período após a adoção da IFRS 8 (2009–2017)</b>						
Variáveis	(1)		(2)		(3)	
	Variável dependente = SO		Variável dependente = SLN		Variável dependente = SG	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Constant	-7.903	0.000	-4.825	0.000	-3.076	0.000
Independentes:						
ROE	-0.597	0.154	-0.319	0.107	-0.278	0.143
LEV	-2.228	0.000	-1.122	0.001	-1.107	0.001
OWN	-2.883	0.000	-0.709	0.000	-2.175	0.000
XLIST	1.385	0.000	0.185	0.400	1.200	0.000
SIZE	0.869	0.000	0.498	0.000	0.371	0.000
GRW	0.083	0.343	0.071	0.191	0.012	0.823
AUD	-0.050	0.896	0.182	0.441	-0.231	0.319
DPS	4.748	0.000	2.511	0.000	2.237	0.000
Interação:						
DPS*ROE	-0.018	0.960	-0.057	0.796	0.040	0.857
DPS*LEV	0.373	0.672	-0.512	0.350	0.886	0.001
DPS*OWN	2.495	0.000	1.243	0.000	1.253	0.000
DPS*XLIST	-0.584	0.169	-0.204	0.438	-0.380	0.144
DPS*SIZE	0.221	0.000	0.125	0.000	0.096	0.000
DPS*GRW	0.740	0.000	0.266	0.000	0.474	0.000
DPS*AUD	-0.179	0.694	0.050	0.859	-0.229	0.410
Adjusted R2	0.501		0.423		0.389	
Definição das variáveis: ver Tabela 4.						

#### 4. Considerações Finais

O presente trabalho contribui para a literatura sobre a divulgação dos segmentos operacionais de acordo com a IFRS 8 e a associação entre o número de segmentos operacionais relatado pelo setor bancário da União Europeia e as características dos Bancos que as divulgam. Especificamente examina-se: a) a influência das características econômico-financeiras (dimensão, crescimento, rentabilidade, alavancagem, tipo de auditor, tipo de acionista e diversidade de bolsas de valores) dos Bancos em número de segmentos a reportar (Hipótese 1); b) a associação entre as características dos Bancos e o número de segmentos a relatar após o período de adoção da IFRS 8 (Hipótese 2).

Quanto à primeira hipótese, os resultados obtidos demonstram que a dimensão, o crescimento, a dispersão de capital acionista e a diversidade de bolsas onde o Banco tem as suas ações admitidas à cotação têm influência positiva e estatisticamente significativa no número de segmentos operacionais relatáveis, enquanto a alavancagem tem uma influência negativa. A rentabilidade e o tipo de auditor não se afiguraram como determinantes do número de segmentos operacionais. Os segmentos, porém, podem ser relatados por linha de negócio ou por área geográfica (ou ambos), e os resultados obtidos neste estudo apresentam algumas diferenças quando aos efeitos de fatores explicativos. Enquanto a dispersão de capital não se assume como determinante do número de segmentos apresentados por linhas de negócio, os Bancos auditados por uma BIG 4 têm tendência a reportar mais segmentos classificados desta forma. Por outro lado, enquanto Bancos com maior dispersão de capital tendem a reportar um maior número de segmentos apresentados por geografias, os Bancos auditados por uma BIG 4 têm tendência a reportar menos segmentos classificados desta forma.

Quanto à segunda hipótese, e em comparação com o período anterior, um maior número de segmentos por linha de negócios foi reportado por Bancos, de maior dimensão, em maior crescimento e com maior dispersão de capital detido por pequenos acionistas após a alteração da IFRS 8, mantendo-se as restantes associações idênticas em ambos os períodos. Já em relação aos segmentos por áreas geográficas, e em comparação com o período anterior, também os Bancos de maior dimensão e com crescimento mais elevado tendem a reportar mais segmentos desta natureza. Contudo, o efeito negativo da alavancagem e da dispersão do capital em bolsa desacelera após a adoção da IFRS 8, e a diversidade de bolsas onde as ações dos Bancos são transacionadas mantém-se em ambos os períodos, sendo apenas factor explicativo do número de segmentos quando estes são classificados por geografias.

Os resultados também sugerem que a adoção da IFRS 8 levou ao aumento de número médio dos segmentos operacionais relatáveis. Principalmente, os ban-



cos divulgam informações sobre segmento mais com base na linha de negócios do que por área geográfica. No entanto, o aumento do número de segmentos geográficos depois da adoção da IFRS 8 é maior do que o aumento de número de segmentos por linha de negócios, o que também evidencia um dos efeitos da adoção da nova norma. Genericamente, os resultados da análise suportam a expectativa do IASB, como descrita nas Basis for Conclusions da IFRS 8, movendo-se na direção de uma abordagem do *management approach*, traduzida no aumento do número de segmentos relatáveis no setor bancário.

A presente investigação sofre de algumas limitações. Primeiro, o facto da adoção da IFRS 8 ter coincidido com o início da crise financeira não permite separar os dois fatores. Tentou-se mitigar o efeito desta limitação retirando da amostra o período de três anos que mais poderiam enviesar os resultados (2008-2011), mas os resultados encontrados foram similares aos reportados. Contudo, sugere-se o desenvolvimento desta linha de investigação, analisando a amostra em subperíodos e incluindo variáveis macroeconómicas para controlar o efeito da crise financeira nos negócios do Bancos na Europa. Por outro lado, as conclusões estão sujeitas a um tamanho de amostra que poderia ser mais extensa se não fossem os movimentos de fusão, aquisição, suspensão e inatividade dos bancos ocorridos durante o período. Acresce que a escolha das características dos bancos para o estudo também foi limitada pela disponibilidade de informações, tendo sido escolhidas as variáveis que permitiram obter o máximo de informações possíveis, sob o chapéu da literatura existente para outros sectores de atividade. Investigações futuras sobre o impacto da IFRS 8 no setor bancário da Europa podem-se estender para estudos que examinem o número de itens relatáveis através de *Compliance Index* (nível de divulgação das informações exigidas pela IFRS 8 para cada segmento operacional), numa abordagem semelhante a Lucchese e Di Carlo (2016). Outras características do banco como fatores explicativos de divulgação também poderão ser analisadas, por exemplo, idade do banco (Alfaraih e Alanezi, 2011), complexidade dos negócios (Hossain, 2008) e composição dos Conselhos de Administração (*Board composition*) (Hossain, 2008).

## Referências Bibliográficas

Alanezi, F. S., Alfraih, M. M., and Alshammari, S. S. (2015). Operating Segments (IFRS 8)-Required Disclosure and the Specific-Characteristics of Kuwaiti Listed Companies. *International Business Research* 9(1), pp.136-153.

Aleksanyan, M., and Danbolt, J. (2015). Segment Reporting: Is IFRS 8 Really Better? *Accounting in Europe* 12 (1), pp.37-60.

Alfaraih, M. M., and Alanezi, F. S. (2011). What explains variation in segment reporting? Evidence from Kuwait. *International Business and Economics Research Journal* 10(7), pp.31-46.

Ali, M. J., Ahmed, K., and Henry, D. (2004). Disclosure compliance with national accounting standards by listed companies in South Asia. *Accounting and Business Research* 34(3), pp.183-199.

Alsaeed, K. (2006). The association between firm-specific characteristics and disclosure: The case of Saudi Arabia. *Managerial Auditing Journal* 21(5), pp.476-496.

Amado, P., Albuquerque, F., and Rodrigues, N., (2018). The explanatory factors of segments disclosure in non-financial entities listed in European markets. *Contaduría y Administración* 63 (2), pp.1-23.

Beck, T., and Levine, R. (2002). Industry growth and capital allocation: Does having a market- or bank-based system matter? *Journal of Financial Economics* 64(2), pp.147-180.

Beck, T., and Levine, R., (2004). Stock markets, banks, and growth: panel evidence. *Journal of Banking and Finance* 28, pp.423-442.

Beck, T., Levine, R., and Loayza, N., (2000). Finance and the source of growth. *Journal of Financial Economics* 58, pp.261-300.

Berger, P. G., and Hann, R. (2003). The impact of SFAS no. 131 on information and monitoring. *Journal of Accounting Research* 41(2), pp.163-223.

Berger, P. G., and Hann, R. N. (2007). Segment profitability and the proprietary and agency costs of disclosure. *Accounting Review* 82(4), pp.869-906.

Birt, J., Kend, M., and Xian, H. (2007). Changes in segment reporting in the Australian banking industry. *Australian Accounting Review* 17 (3), pp.61-67.



Botosan, C. A., and Stanford, M. (2005). Managers' motives to withhold segment disclosures and the effect of SFAS No. 131 on analysts' information environment. *Accounting Review* 80(3), pp.751-771.

Bugeja, M., Czernkowski, R., and Moran, D. (2015). The impact of the management approach on segment reporting. *Journal of Business Finance and Accounting* 42 (3-4), pp.310-366.

Cetorelli, N., and Gambera, M. (2001). Banking market structure, financial dependence and growth: International evidence from industry data. *Journal of Finance* 56(2), pp.617-648.

Chavent, M., Ding, Y., Fu, L., Stolowy, H., and Wang, H. (2006). Disclosure and determinants studies: An extension using the Divisive Clustering Method (DIV). *European Accounting Review*, 15(2), pp.181-218.

Cooke, T.E. (1989). Voluntary corporate disclosure by Swedish companies. *Journal of International Financial Management and Accounting* 1, pp.171-195.

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics* 3, pp.183-199.

Demirgüç-Kunt, A., and Maksimovic, V. (1998). Law, finance, and firm growth. *Journal of Finance* 53(6), pp.2107-2137.

Demirgüç-Kunt, A., and Maksimovic, V. (2002). Funding growth in bank-based and market-based financial systems: evidence from firm-level data. *Journal of Financial Economics* 65(3), pp.337-363.

eIFRS. (2018). Annotated Issued Standards (Red Book). Basis for Conclusions on IFRS 8 Operating Segments. Adoption of management approach. BC9, BC13, BC 60. Retrieved April 17, 2019, from [http://eifrs.ifrs.org/eifrs/ViewContent?num=8andfn=IFRS08o\\_2006-11-01\\_en-8.html&collection=2018\\_Annotated\\_Issued\\_Standards\\_\(Red\\_Book\)](http://eifrs.ifrs.org/eifrs/ViewContent?num=8andfn=IFRS08o_2006-11-01_en-8.html&collection=2018_Annotated_Issued_Standards_(Red_Book)).

Entwistle, G., Feltham, G., and Mbagwu, C. (2006). Misleading Disclosure of Pro Forma Earnings: An Empirical Examination. *Journal of Business Ethics* 69(4), pp.355-37.

Epstein, B. J., and Jermakowicz, E. K. (2009). IFRS Converges to U.S. GAAP on Segment Reporting. *Journal of Accountancy* 207(4), p.50.

Fama, E. F., and Jensen, M. C. (1983). Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics* 26, pp.301-325.

Fariás, P. (2014). Business group characteristics and firm operating performance: evidence from Chile. *Academia Revista Latinoamericana de Administración* 27(2), pp.226–235.

Fariás, P., and Rodríguez, R. (2015). Segment disclosures under IFRS 8's management approach: has segment reporting improved? *Spanish Journal of Finance and Accounting* 44(2), pp.117-133.

Franzen, N., and Weißenberger, B. E. (2015). The adoption of IFRS 8 - No headway made? Evidence from segment reporting practices in Germany. *Journal of Applied Accounting Research* 16(1), pp.88-113.

Gisbert, A., Navallas, B., and Romero, D. (2014). Proprietary costs, governance and the segment disclosure decision. *Journal of Management and Governance* 18(3), pp.733-763.

Goodhart, C. A. E. (2008). The Background to the 2007 financial crisis. *International Economics and Economic Policy* 4, pp.331-346.

Gray, S. J., Meek, G. K., and Roberts, C. B. (1994, April). International capital market pressures and voluntary disclosure decisions by U.S., U.K., and Continental European multinationals. *Paper presented at the 17th Annual Congress of the European Accounting Association, Venice.*

Healy, P. M., and Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics* 31(1-3), pp.405-440.

Herrmann, D., and Thomas, W. (1996). Segment reporting in the European Union: Analyzing the effects of country, size, industry, and exchange listing. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 5(1), pp.1-20.

Herrmann, D., and Thomas, W. B. (2000). An analysis of segment disclosures under SFAS No. 131 and SFAS No. 14. *Accounting Horizons* 14 (3), pp.287-302.

Hope, O. K., Kang, T., Thomas, W. B., and Vasvari, F. (2009). The effects of SFAS 131 geographic segment disclosures by US multinational companies on the valuation of foreign earnings. *Journal of International Business Studies* 40(3), pp.421-443.

Hope, O.K. (2003). Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards, and Analysts' Forecast Accuracy: An International Study. *Journal of Accounting Research* 41(2), pp.235–272.



Hossain, M. (2008). The Extent of Disclosure in Annual Reports of Banking Companies: The Case of India. *European Journal of Scientific Research* 23(4), pp.659-680.

IASB (1997). International Accounting Standard 14 - Segment Reporting (Superseded).

IASB (2006). International Financial Reporting Standard 8 - Operating Segments.

Inchausti, B. (1997). The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. *European Accounting Review* 6(1), pp.45-68.

Jensen, M.C., and Meckling W. H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics* 3(4), pp.305-360.

Kang, H., and Gray, S. J. (2013). Segment reporting practices in australia: Has IFRS 8 made a difference? *Australian Accounting Review* 23 (3), pp.232-243.

Katselas, D., Birt, J., and Kang, X.H. (2011). International firm lobbying and ED 8 operating segments. *Australian Accounting Review* 21(2), pp.154-166

Kelly, G. J. (1994). Unregulated Segment Reporting: Australian Evidence. *British Accounting Review* 26, pp.217-234.

King, R. G., and Levine, R. (1993). Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right. *The Quarterly Journal of Economics* 108(3), pp.717-738.

Krugman, P. (2009). *O regresso da Economia da Depressão e a Crise Actual*. Lisboa: Editorial Presença.

Kwok, W. C. C., and Sharp, D. (2005). Power and international accounting standard setting: Evidence from segment reporting and intangible assets projects. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 18(1), pp.74-99.

Leung, E., and Verriest, A. (2015). The Impact of IFRS 8 on Geographical Segment Information. *Journal of Business Finance and Accounting* 42(3-4), pp.273-309.

Levine, R., Zervos, S., (1998). Stock markets, banks and economic growth. *American Economic Review* 88(3), pp537-558.

Lucchese, M., and Di Carlo, F. (2016). The Impact of IFRS 8 on Segment Disclosure Practice: Panel Evidence from Italy. *International Journal of Accounting and Financial Reporting* 6(1), pp.96-126.

Malone, D., Fries, C., and Jones, T. (1993). An Empirical Investigation of the Extent of Corporate Financial Disclosure in the Oil and Gas Industry. *Journal of Accounting, Auditing and Finance* 8(3), pp.249-273.

Mardini, G. H., and Almujaed, H. I. (2016). The adoption of IFRS 8: the case of Qatari listed companies. *International Journal of Managerial and Financial Accounting* 7 (3-4), pp.173-197.

Martin, P. (1997). The management approach. *CA Magazine* 130(9), pp.29-30.

McConnell, P., Pacter P. (1995). IASC and FASB proposals would enhance segment reporting. *The CPA Journal* 65(8), pp.32-51.

McKinney, J. A., Emerson, T. L., and Neubert, M. J. (2010). The Effects of Ethical Codes on Ethical Perceptions of Actions Toward Stakeholders. *Journal of Business Ethics* 97(4), pp.505-516.

McKinnon, J. L., and Dalimunthe, L. (1993). Voluntary disclosure of segment information by Australian diversified companies. *Accounting and Finance* 33(1), pp.33-50.

Morris, R. D. (1987). Signalling, Agency Theory and Accounting Policy Choice. *Accounting and Business Research* 18(69), pp.47-56.

Nichols, N. B., and Street, D. L. (2007). The relationship between competition and business segment reporting decisions under the management approach of IAS 14 Revised. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 16, pp.51-68.

Nichols, N. B., Street, D. L., and Cereola, S. J. (2012). An analysis of the impact of adopting IFRS 8 on the segment disclosures of European blue chip companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 21 (2), pp.79-105.

Nichols, N. B., Street, D. L., and Tarca, A. (2013). The impact of segment reporting under the IFRS 8 and SFAS 131 management approach: A research review. *Journal of International Financial Management and Accounting* 24 (3), pp.261-312.

Pacter, P. (1995). Segment Reporting: IASC Works To Meet User Needs Worldwide. *The Journal of Corporate Accounting and Finance* 6(4), 81-90.



Palmer, P. D. (2008). Disclosure of the impacts of adopting Australian equivalents of International Financial Reporting Standards. *Accounting and Finance* 48(5), pp.847-870.

Pardal, P. N., Morais, A. I., and Curto, J. D. (2015). Competitive Harm and Business Segment Reporting Under IFRS 8: Evidence From European Union Listed Firms. In EAA 38th Annual Congress. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/8880>

Penman, S. (1996). The articulation of price-earnings ratios and market-to-book ratios and the evaluation of growth. *Journal of Accounting Research* 34(2), pp.235-259.

Prather-Kinsey, J., and Meek, G. K. (2004). The effect of revised IAS 14 on segment reporting by IAS companies. *European Accounting Review* 13(2), pp.213-234.

Prencipe, A. (2004). Proprietary costs and determinants of voluntary segment disclosure: evidence from Italian listed companies. *European Accounting Review* 13(2), pp.319-340.

Sargu, A. C., and Roman, A. (2012). EU Banking Sector: Current Environment and Future Directions. *Economy Transdisciplinarity Cognition* 15(2), pp.68-75.

Shiller, R., J. (2005). *Irrational Exuberance*. Second Edition. Princeton: Princeton University Press.

Singhvi S., and Desai, H. (1971). An Empirical Analysis of the Quality of Corporate Financial Disclosure. *The Accounting Review* 46(1), pp.129-138.

Spence, M. (1973). Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics* 87, pp.355-374.

Street, D. L., and Nichols, N. B. (2002). LOB and geographic segment disclosures: An analysis of the impact of IAS 14 revised. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 11, pp.91-113.

Street, D. L., Nichols, N. B., and Gray, S. J. (2000). Segment disclosures under SFAS no. 131: Has business segment reporting improved? *Accounting Horizons* 14(3), pp.259-285.

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary Disclosure. *Journal of Accounting and Economics* 5(3), 179-194.

Wallace, R. S. O., Naser, K., and Mora, A. (1994). The Relationship Between the Comprehensiveness of Corporate Annual Reports and Firm Characteristics in Spain. *Accounting and Business Research* 25(97), pp.41–53.

Watts, R. L., and Zimmerman, J. L. (1983). Agency Problems, Auditing, and the Theory of the Firm: Some Evidence. *The Journal of Law and Economics* 1226, pp.613–634.

